

CAPITALISMO e POLÍTICAS PÚBLICAS

na contemporaneidade

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti
(Organizadora)



CAPITALISMO e POLÍTICAS PÚBLICAS

na contemporaneidade

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti
(Organizadora)



Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Capitalismo e políticas públicas na contemporaneidade

Diagramação: Daphynny Pamplona
Correção: Bruno Oliveira
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadora: Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C244 Capitalismo e políticas públicas na contemporaneidade / Organizadora Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0054-7

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.547222303>

1. Capitalismo. I. Cavalcanti, Soraya Araujo Uchoa (Organizadora). II. Título.

CDD 330.122

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

A coletânea Capitalismo e políticas públicas na contemporaneidade apresenta 06 (seis) artigos decorrentes de ensaios teóricos, pesquisas qualitativas, dentre outros.

O primeiro artigo discute a extrema direita nas redes e nas ruas, analisando o desenvolvimento da extrema direita no Brasil a partir das manifestações de junho de 2013 e suas repercussões na atualidade.

O segundo texto analisa o discurso presidencial estadunidense em Clinton, W. Bush e Obama e especificamente como esses governos *trataram a temática ambiental no que tange às mudanças climáticas e quais os esforços implementados com vistas às demandas internacionais*.

O terceiro artigo analisa a Política de Controle de Tabagismo no Brasil de 1986 a 2014, a trajetória, os pressupostos da oferta de tratamento para dependentes de nicotina no Sistema Único de Saúde e o processo engendrado enquanto Programa Nacional de controle de tabagismo de modo a alçar para uma Política de Controle de Tabagismo no Brasil.

O quarto texto discute a política de fomento à industrialização na Bahia discutindo as políticas de fomento à industrialização e se seria possível o desenvolvimento econômico local.

O quinto artigo discute a Privatizações não clássicas no Brasil e suas repercussões para a classe trabalhadora no processo de privatização do Aeroporto de Salvador.

E finalmente o sexto texto explora o impacto da compreensão da relação entre exclusão/inclusão social, capital social e renda na perspectiva da efetivação do direito ao desenvolvimento humano.

Assim, convidamos o leitor a acessar às análises e discussão vinculadas acerca dos impactos nas políticas públicas do atual estágio do capitalismo.

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
EXTREMA DIREITA NA REDE E NAS RUAS Geovana Alves Pinto  https://doi.org/10.22533/at.ed.5472223031	
CAPÍTULO 2	8
MEIO AMBIENTE E O DISCURSO PRESIDENCIAL ESTADUNIDENSE EM CLINTON, W. BUSH E OBAMA William Daldegan  https://doi.org/10.22533/at.ed.5472223032	
CAPÍTULO 3	21
A POLÍTICA DE CONTROLE DO TABAGISMO NO BRASIL DE 1986 a 2014 Soraya Araújo Uchoa Cavalcanti  https://doi.org/10.22533/at.ed.5472223033	
CAPÍTULO 4	47
A POLÍTICA DE FOMENTO À INDUSTRIALIZAÇÃO DA BAHIA Edson Costa Vieira Antônio Raimundo Chagas Magalhães  https://doi.org/10.22533/at.ed.5472223034	
CAPÍTULO 5	57
PRIVATIZAÇÕES NÃO CLÁSSICAS” NO BRASIL E SUAS REPERCUSSÕES PARA OS (AS) TRABALHADORES (AS): A VOZ DOS (AS) AEROPORTUÁRIOS (AS) NO PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO DO AEROPORTO DE SALVADOR Ana Claudia Caldas Mendonça Semêdo  https://doi.org/10.22533/at.ed.5472223035	
CAPÍTULO 6	69
CAPITAL SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS DE GERAÇÃO DE EMPREGO NO BRASIL: DA EXCLUSÃO À INCLUSÃO SOCIAL Elizabeth Rodrigues de Souza Robson Alves Holanda  https://doi.org/10.22533/at.ed.5472223036	
SOBRE A ORGANIZADORA	83
ÍNDICE REMISSIVO	84

CAPÍTULO 2

MEIO AMBIENTE E O DISCURSO PRESIDENCIAL ESTADUNIDENSE EM CLINTON, W. BUSH E OBAMA

Data de aceite: 01/02/2022

Data de submissão: 10/02/2022

William Daldegan

Instituto de Filosofia, Sociologia e Política
e Programa de Pós-Graduação em Ciência
Política da Universidade Federal de Pelotas
(UFPel)

Pelotas - Rio Grande do Sul

<https://orcid.org/0000-0001-5806-0557>

Versão revista e atualizada do trabalho «O Discurso Ambiental do Executivo Estadunidense - Clinton, W. Bush e Obama» publicado nos Anais do 2o Seminário de Relações Internacionais Graduação e Pós-Graduação da Associação Brasileira de Relações Internacionais.

RESUMO: O meio ambiente é tema relevante na política doméstica e externa estadunidense contemporânea e, outrossim, parte relevante dos programas de governo dos candidatos à Presidência da República. Enquanto que no decorrer do século XX a temática muitas vezes tenha sido tomada como marginal aos interesses norte-americanos, a partir da década de 1990 e sobretudo nos anos 2000 desempenhou papel fundamental na condução da política norte-americana. Razão disso, a mobilização mundial diante das várias conferências sociais da Organização das Nações Unidas (ONU) ocorridas no final do século XX com destaque para a Conferência da Terra em 1992 na cidade do Rio de Janeiro. Mais adiante, em 1997, o Protocolo

de Kyoto era firmado, com o apoio do presidente Bill Clinton, que discursava a favor de esforços internacionais para a mitigação do efeito estufa mesmo diante da sinalização do Congresso da não ratificação do acordo. Seu sucessor W. Bush, contrário ao Protocolo de Kyoto, promoveu políticas domésticas para a proteção ambiental. Em Obama, a assinatura do Acordo de Paris em 2016 foi o movimento mais assertivo para a temática. Diante destas movimentações da política estadunidense, é objetivo deste texto explorar como as administrações Clinton, W. Bush e Obama trataram a temática ambiental no que tange às mudanças climáticas e quais os esforços implementados com vistas às demandas internacionais.

PALAVRAS-CHAVE: Meio Ambiente; EUA; Clinton; W. Bush; Obama.

ENVIRONMENT AND THE US PRESIDENTIAL SPEECH IN CLINTON, W.BUSH AND OBAMA

ABSTRACT: The Environment is a relevant topic in contemporary US domestic and foreign policy, and also a relevant part of the government programs of candidates for the Presidency of the Republic. While in the course of the 20th century, it was often taken as marginal to US interests, from the 1990s onwards and especially in the 2000s, it played a fundamental role in the conduct of US policy. The reason for this was a worldwide mobilization in the face of the various social conferences of the United Nations (UN) that took place at the end of the 20th century, with emphasis on the Earth Conference in 1992 in the

city of Rio de Janeiro. Moreover, in 1997, the Kyoto Protocol was signed, with the support of Bill Clinton, he spoke in favor of international exercises of agreement for the mitigation of the greenhouse effect even in the face of the signs of the Congress of non-ratification of the future. His successor W. Bush, contrary to the Kyoto Protocol, promoted domestic policies for environmental protection. In Obama, the signing of the Paris Agreement in 2016 was the most assertive move on the subject. In view of these movements in US politics, the text aims to explore how Clinton, W. Bush and Obama administrations deal with an environmental issue in environmental policy that does not concern climate change, and what are the exercises for movement with a view to international demands.

KEYWORDS: Environment; USA; Clinton; W. Bush; Obama.

1 | INTRODUÇÃO

A humanidade atravessa por milênios transformações na sua organização social, política e econômica. Sua capacidade de adaptar e alocar os recursos disponíveis denota seu aperfeiçoamento. Portanto, nada mais natural que os processos engendrados no decorrer de sua história tenham gerado impactos positivos e negativos como a mudança climática, por exemplo. Mas ela pode ser considerada um impacto positivo ou negativo? Estudiosos afirmam que as transformações no clima terrestre fazem parte do processo natural de evolução. Alguns defendem que sem as alterações climáticas não teria sido possível a vida humana. Outros afirmam que a humanidade é culpada por transformações tamanhas que só tem trazido preocupação quanto à perpetuação humana. Se necessárias ou não, se reversíveis ou de quem é a culpa não é interesse deste trabalho. Tomam-se como dados esses impactos considerando-os negativos e, disso, a demanda por articulação da sociedade internacional com vistas a minimizar os efeitos nocivos e fomentar a proteção ambiental.

Na comunidade internacional é propalada a necessidade da articulação dos países quanto a ferramentas e instrumentos que mitiguem o aquecimento global. A proteção ambiental é algo que os países tomam para si como responsabilidade mas que necessita a socialização de seus custos. Tendo em vista que os problemas ambientais perpassam fronteiras, fóruns e organismos internacionais buscam alternativas para a busca conjunta da defesa do ecossistema terrestre nem sempre com êxito na construção de consensos e compartilhamento de responsabilidades. Fundamental para qualquer tomada de decisão, os EUA têm sido um ator pouco empenhado nas discussões acerca do clima a despeito da expectativa quanto a seu protagonismo. Seja por questionamentos da veracidade aos reais impactos das transformações climáticas, seja pela divisão dos custos de possíveis medidas de mitigação e proteção, os EUA não têm liderado as discussões dos esforços internacionais de mitigação dos efeitos da mudança climática. o argumento é que as medidas sob responsabilidade dos norte-americanos são exclusivamente restritas ao âmbito doméstico e que para além disso, como as propostas construídas pela comunidade internacional, só seria possível a partir da responsabilização equitativa de todos os países.

Não seriam os americanos responsáveis unicamente por “salvar o mundo” tampouco os únicos culpados.

Embora sejam os argumentos centrais da defesa estadunidense quanto a sua participação nos esforços mundiais, é presente há algum tempo a construção de consciência ambiental no nível interno ao país. Medidas já eram propostas e implementadas em meados do século XX. Um avanço significativo ocorreu até os anos 1970 e foi reprimido pelas sucessivas crises energéticas e do petróleo daquela década. Na década de 1990 uma articulação firme e progressista permitiu a participação ativa do país na Conferência da Terra de 1992 no Rio de Janeiro. Todavia, esse protagonismo esvaiu-se no decorrer dos anos seguintes: o Congresso estadunidense baixou uma resolução, a Byrd-Hagel, que impediu a ratificação do Protocolo de Kyoto e dificultou acordos futuros na temática ambiental e, apesar de Obama acordado o ingresso do país no Acordo de Paris em 2016 Donald Trump anunciou sua retirada no ano seguinte..

Tomando por base o comportamento estadunidense de partícipe do processo à retirada de negociações internacionais, bem como a articulação doméstica se mostrando até certo ponto pró-ativa na proteção ambiental, esse texto discorrerá brevemente acerca do papel dos presidentes norte-americanos Clinton (1993-2001), W. Bush (2001-2009) e Obama (2009-2017) no que tange a temática ambiental com foco no conteúdo dos seus discursos. Como a política é socialmente construída, os discursos portanto são atos de fala que representam «performances sociais» com «consequências sociais diretas» (ONUF, 2015, p.77).

O texto é assim estruturado: além desta introdução, quatro seções analítico-descritivas e as considerações finais. A importância da pauta ambiental nos EUA, as primeiras políticas e o papel discursivo presidencial serão abordados na segunda seção. As administrações Clinton, W. Bush e Obama serão discutidas nas seções 3,4,5 respectivamente. Nelas, o esforço de sistematização e análise dos principais movimentos políticos domésticos e internacionais com vistas à proteção ambiental - ações e acordos que definem o comportamento estadunidense frente ao Meio Ambiente.

2 | A TEMÁTICA AMBIENTAL E O PAPEL DISCURSIVO DOS PRESIDENTES

Avançar nas negociações para a mitigação da emissão de gases de efeito estufa (GEE) é difícil pela obrigatoriedade dos países em desenvolvimento em assumir metas para sua redução da emissão desses gases. O Regime Internacional de Mudanças Climáticas (RIMC) ao separar os países em Anexo 1 e não-Anexo 1 cria uma estrutura de competências e responsabilidades que estão no cerne do argumento dos EUA para o não avanço dos acordos multilaterais de mitigação da mudança climática. Apesar da necessidade de compromissos para a redução imediata, os países têm buscado estabelecer datas futuras para a redução a fim de reduzir custos da mitigação e abrigar um maior número de países.

(RICHELS, BLANFORD, RUTHERFORD, 2009).

Os presidentes detêm poderes como a proposição de instrumentos para a supervisão e regulação das políticas ambientais, formulação de agenda, proposição de reformas, orçamentos, emissão de ordens, assinar ou rejeitar tratados internacionais. Alguns contextos permitiram medidas ativas e mudanças drásticas na condução da política ambiental estadunidense. Em 1969 teria sido a primeira iniciativa de sistematizar políticas nacionais de proteção ambiental nos EUA. O chamado Ato de Política Ambiental Nacional foi uma iniciativa dos senadores Henry Jackson e Ed Muskie juntamente com o deputado John Dingell com a preocupação clara da convivência harmônica entre crescimento econômico e proteção ambiental, uma clara atenção para com gerações futuras. Na década de 1970 o Presidente Nixon publicou diversas medidas com vistas à proteção ambiental, inclusive a criação da EPA - Agência de Proteção Ambiental dos EUA. Nas décadas de 1980 e 1990 a movimentação ficou mais complicada e novos avanços foram dificultados. (VIG, 2006).

Em maio de 1992, George Bush ressaltava a importância da Conferência da Terra na promoção de políticas de proteção ambiental aliadas ao crescimento econômico dos países. Enumerava as iniciativas estadunidenses, ao longo do século XX, com vistas à proteção do meio-ambiente tendo em 1978 (1) o banimento dos aerossóis assim como a (2) estipulado o prazo máximo de 1995 para a eliminação de CFC's da indústria e em 1980, a (3) eliminação do composto chumbo da gasolina. Ademais, defendia uma revisão e implementação de Atos, internos ao país, como aqueles que versavam sobre a proteção do ar e sobre poluição por óleo combustível, dentre outras iniciativas que reforçariam a legislação estadunidense com vistas aos problemas ambientais. Por fim, declarava seu apoio à Convenção-Quadro sobre Mudanças Climáticas, que viria a ser instaurada no Rio de Janeiro durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. Todavia, as negociações foram arrastadas e em muitos momentos havia a impressão de que nenhum resultado seria obtido na Conferência no Rio de Janeiro devido os obstáculos colocados por membros da delegação estadunidense. (DUARTE, 2003). Conseqüentemente, foram deflagrados debates quanto à liderança norte-americana até então aguardada e não percebida durante o Encontro.

O interesse e envolvimento dos estadunidenses em temas relativos ao meio ambiente nas últimas décadas do século XX ao passo que, conforme argumenta Fiorino (1999), a política de proteção ambiental norte-americana passou a demandar profunda revisão. «A gestão e alocação de recursos comuns são inerentemente compromissos políticos, tarefas muitas vezes inadequadas para processos administrativos de tomada de decisão racionais»¹. (WONDOLLECK, 1988, p. 233, tradução livre).

A autoridade em promulgação de políticas ambientais é “repartida” entre o Presidente e o Congresso. Se por um lado os presidentes têm grande influência nas agências – os

¹ Do original: «[...] The management and allocation of common resources are inherently political undertakings, tasks often ill-suited to rational administrative decision-making processes».

administradores são nomeados pelo Presidente – o Congresso influencia na medida em que controla os orçamentos dessas mesmas agências. (KRAFT, 2006). A legislação e os programas implementados no final do século XX não foram capazes de dar sustentação ao discurso ambiental da administração Clinton.

3 | A ADMINISTRAÇÃO CLINTON

Eleito com um discurso focado na transformação e reforma do Estado norte-americano, que passava por turbulência econômica, Clinton criou nos primeiros meses de seu governo um Gabinete para Política Ambiental, atrelado à Casa Branca. Essa iniciativa tinha como fundamento responder a um compromisso de chapa, visto que seu vice-presidente sempre foi um ardoroso defensor das questões ambientais, e o reconhecimento de que tais questões tomavam relevância não só internacionalmente como domesticamente.

No discurso de criação do novo Gabinete, Clinton assumia a “responsabilidade em prover uma liderança real nas questões ambientais globais”². Afirmava que o momento era de compreender as medidas de proteção ambiental como questão de segurança e política econômica doméstica. (CLINTON, 1993, p.01).

Em janeiro de 1994, numa Conferência com líderes da União Européia, Clinton defendeu mecanismos integrados de promoção econômica e ambiental. Segundo o Presidente, a Rodada do Uruguai do Acordo Geral de Tarifas de Comércio (GATT) seria o espaço para debates acerca do avanço econômico global condicionado à mitigação de problemas ambientais já que não era mais possível negociar acordos comerciais sem a devida atenção ao meio ambiente. Em 1997, Clinton determinou à EPA, a implementação de novas normas que visavam assegurar a emissão de gases poluentes na atmosfera, mesmo diante da movimentação dos industriais estadunidenses.

Uma relação próxima entre agências reguladoras e indústrias permite o intercâmbio de informações e, de maneira colaborativa possibilita melhores resultados da regulação implementada. A questão remete a um complexo jogo de interesses e o relacionamento entre agentes reguladores e indústrias dependerá da disposição de ambos e dos riscos e benefícios envolvidos. (REISS, 2012).

Em 1998 uma declaração conjunta à União Europeia discorria sobre a necessidade do resguardo das fontes energéticas concomitantemente a busca por meios de produção de energia menos poluentes. Eram defendidos o aporte financeiro de organismos financeiros internacionais a economias demandantes atrelado a políticas de proteção ambiental. Em 2000, Rússia e EUA firmaram acordos de cooperação para o desenvolvimento de ferramentas de gestão e redução das emissões de gases de efeito estufa e um grupo conjunto de trabalho sobre a temática. Sendo os últimos movimentos da administração Clinton.

2 Do original: [...] our responsibility to provide real leadership on global environmental issues”.

Concomitantemente, Al Gore, como candidato democrata à presidência, defendeu durante a campanha de sucessão os feitos da administração democrata e afirmou que seu oponente W. Bush protegeria os grandes poluidores do país, num claro embate com seu adversário e em busca do eleitorado afeito às medidas de cunho ambiental.

Apesar do discurso pró-ativo quanto à questão ambiental e a imagem de Clinton e Al Gore, estes se mostraram incapazes de lidar com a disputa de interesses no Congresso Nacional. Esse acreditava que medidas para a aprovação do Protocolo de Kyoto seriam por deveras negativo. Credita-se a isso a campanha massiva de industriais estadunidenses quanto aos impactos desastrosos na economia do país e a imagem propalada de desigualdade quanto às obrigações que seriam assumidas pelos EUA em descompasso com grandes economias tais como China, Brasil e México. (DUARTE, 2003).

O envolvimento pode ser alcançado de diversas formas: no nível mais baixo, o público pode ser alvo de reforço da informação, por exemplo, sobre os riscos. Em níveis mais altos, exibições públicas podem ser solicitadas através de mecanismos como consultas, grupos focais e questionários. Em níveis ainda mais elevados, os membros do público podem ser selecionados para participar de exercícios que lhes proporcionam um grau de tomada de decisão de autoridade.³ (ROWE, FREWER, 2000, p.03, tradução livre).

As razões para a busca por participação pública quando da definição de medidas de regulamentação se deve à necessidade de compartilhar a responsabilidade e garantir a legitimidade e apoio para as medidas implementadas. Principalmente quando medidas impopulares estão em pauta, é interessante angariar apoio junto à população. (ROWE, FREWER, 2000).

No desenrolar das eleições presidenciais de 2000 o candidato democrata Al Gore, conhecido defensor das políticas de proteção ambiental, não obteve êxito em articular e reunir apoio dos ambientalistas. Isso se deveu, de certo modo, ao descompasso entre suas afirmações e ações⁴. Como exemplo, seu apoio à articulação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) que pouco versava sobre e até omitia preocupações quanto à conservação ambiental ocasionando uma dispersão do apoio, absorvido pelo candidato do Partido Verde Ralph Nader e possibilitando, deste modo, a consagração de George W. Bush como presidente estadunidense. (BURNS, LEMOY, 2007).

4 | UM GOVERNO REPUBLICANO ALIADO AOS INTERESSES INDUSTRIAIS

A chegada da administração W. Bush, apoiada maciçamente por produtores de

³ Do original: "Involvement may be achieved in different ways: at the lowest level, the public may be targeted with enhanced information (e.g., about risks). At higher levels, public views may be actively solicited through such mechanisms as consultation exercises, focus groups, and questionnaires. At still higher levels, members of the public may be selected to take part in exercises that provide them with a degree of decision-making authority."

⁴ Burns e LeMoy (2007) defendem que o posicionamento de políticos em momentos cruciais defendendo políticas endossadas muitas vezes por grupos econômicos fortes independente do contexto é um fenômeno comum denominado "a priorização na hora decisiva". Esse fenômeno é determinado pelo poder e/ou força dos grupos, a abundância ou escassez de recursos e a associação da questão e/ou política a símbolos reconhecidos pela sociedade envolvida.

petróleo, afastou ainda mais qualquer perspectiva de concordância norte-americana com restrições ao consumo de combustíveis fósseis. (DUARTE, 2003, p.50). Não obstante, apesar da imagem do presidente W. Bush associada aos grandes industriais americanos contrários às políticas de proteção ambiental, tal diretriz não pode ser considerada como determinante em sua Administração.

Em abril de 2001 o presidente discursou sobre a importância de políticas ambientais associadas ao desenvolvimento econômico americano e defendeu a extirpação do uso de produtos químicos nocivos à saúde humana. Reconheceu os esforços da Convenção de Estocolmo na proposição de restringir o uso desses produtos tóxicos, assim como auxiliar os países em desenvolvimento no alcance das metas do acordo. Ademais, W. Bush declarou que inúmeras iniciativas do governo anterior com vistas à proteção ambiental seriam avaliadas por sua equipe e levadas adiante.

[...] este tratado mostra as possibilidades de cooperação entre todas as partes para nossos debates ambientais. As nações desenvolvidas cooperaram com as nações menos desenvolvidas. As empresas cooperaram com os grupos ambientais. E agora, um governo republicano vai continuar a completar a obra de um governo democrata. (BUSH, 2001, p.01, tradução livre).

Embora os discursos de defesa de acordos internacionais, como a Convenção de Estocolmo, conforme defende Daldegan (2013), os EUA sendo os “líderes naturais” de uma movimentação em defesa do meio ambiente não tomam para si tal tarefa. Já tendo havido um movimento contrário por parte do Congresso assim como resoluções que impediam a ratificação do acordo W. Bush anunciou no início de 2001 a retirada do país das negociações do Protocolo de Kyoto. As alegações eram aquelas já declaradas quanto à impossibilidade de se assumir responsabilidades diferentes das assumidas por outros grandes emissores de gases de efeito estufa, China principalmente.

Com o ataque terrorista de setembro de 2001 aos EUA e a política da Guerra ao Terrorismo, a administração W. Bush relacionou a proteção ambiental como uma das prioridades quando da identificação, análise e preparo de sua população para eventuais ataques biológicos dentro do país. Foi redesenhado assim a política americana e que marcou seu governo: a segurança dos estadunidenses e a caça aos terroristas. Soma-se, o descrédito dos fóruns multilaterais ou, como defendem Platiau, Varella e Schleicher (2004, p.117), “o multilateralismo à la carte” e uma “política externa unilateral/bilateral (...) mesmo quando o tema é normativo demais, como no caso da política ambiental”.

Em 2006 W Bush anunciou recursos destinados a pesquisas de fontes alternativas de energia no volume de US\$1 bi. Antes, no ano anterior, exaltou a consciência da população americana quanto a importância da reciclagem associada ao esforço nacional, mediado pela EPA, quanto ao incentivo dos industriais americanos no incremento da utilização de materiais recicláveis, assim como em obras públicas.

Essas medidas implementadas não garantiram a reversão da imagem da

administração republicana. Löwy e Betto (2012) em suas reflexões acerca das mudanças climáticas e em defesa de formas mais sociais de convívio elencam o sistema capitalista mundial como responsável pela aquecimento global e colocam os EUA como os mantenedores dessa ordem, nas palavras destes, “insustentável”. A administração W. Bush teve como máxima comportamental “nenhuma medida obrigatória de redução, posto que o *American Way of Life* não é negociável” (LÖWY; BETTO, 2012, p.231).

Se por um lado é notável a distância da administração W. Bush da problemática envolvendo ao aquecimento global, tanto por seu estreito relacionamento com setores interessados na manutenção da matriz energética e base industrial instalada quanto pelo parco apoio a pesquisas de desenvolvimento de tecnologias alternativas e limpas nota-se uma inversão completa nos discursos iniciais da candidatura de Barack Obama. (CARVALHO, SENHORAS, 2009).

5 | A ADMINISTRAÇÃO OBAMA

Na campanha eleitoral de 2008 os democratas defendiam que a maior liberalização comercial só poderia ocorrer, e parte desse argumento com base no agravamento da crise econômica, se as políticas ambientais fossem exigidas *pari-passu* às estadunidenses. Esse era o argumento levantado diante de parceiros comerciais que não dispunham de instrumentos e ferramentas rígidas de proteção ambiental como as do país e, portanto, submetidos a custos menores para chegar no mercado norte-americano. Como ressaltaram Mendonça e Lima (2008, p.48), o questionamento não tinha um fundo “protecionista, mas sim de atrelar medidas de proteção aos acordos comerciais”.

O início de seu governo Obama tomou inúmeras medidas quanto a reversão do quadro instalado na administração anterior no trato da questão ambiental. Renomados especialistas foram alçados a posições estratégicas na estrutura governamental, exemplo o Nobel Steven Chu. Partia do programa de governo de Barack Obama, em 2008, a reformulação da política energética dos EUA obtendo aprovação no Congresso em 2009. Sob o nome de Ato Americano de Segurança e Energia Limpa, as medidas tiveram como foco a redução da emissão de gases de efeito estufa e ambiciosas medidas quanto a redução da dependência americana quanto à combustíveis fósseis, dando ênfase a sua substituição pelo etanol do milho.

Em compasso com as iniciativas quanto a redução da dependência por combustíveis fósseis, a administração Obama ampliou os canais de comunicação em busca de parceiros como exemplo a aproximação com o Brasil, conhecido por sua tecnologia com o álcool combustível, e iniciada em 2007 entre W.Bush e o presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva.

Todavia, segundo defende André (2012), o congresso de maioria republicana obstaculizou o avanço das medidas que a administração democrata em inúmeras pautas

previstas. As resistências, porém, não foram apenas do legislativo como também dos lobbies industriais que não tinham interesse de arcar com os custos de novos processos produtivos. Os congressistas republicanos pressionaram a EPA, Agência América de Proteção Ambiental, a fim de defender os interesses dos grupos que representavam. Apesar de ser uma agência ligada ao executivo e dispor de recursos para a construção de medidas com vistas à redução de emissão de GEE no âmbito interno, ela sofreu por cortes orçamentários e ataques incisivos dos parlamentares questionando a legitimidade de suas ações.

Uma catástrofe ambiental ocorrida em 2010 trouxe à tona inúmeros questionamentos quanto à real assertividade da Administração Obama nas medidas de proteção ambiental. O vazamento de petróleo no Golfo do México ocorrido em uma plataforma de exploração da *British Petroleum* foi considerado como o maior desastre ambiental da história estadunidense, assim como o posicionamento da Casa Branca. Conforme colocou Regina Scharf (2010), a apatia da presidência americana quando do desastre revoltou a população, elevou às críticas quanto ao seu governo e chegou a apresentar níveis de rejeição superiores ao de W. Bush, quando do furacão Katrina, em 2005.

No final de 2013 o presidente estadunidense publicou a Ordem Executiva 13653 que versava sobre a preparação dos EUA para os impactos das mudanças climáticas. Entre os inúmeros pontos defendidos estava a articulação entre os diferentes níveis de governo federal, estadual e municipal com vistas ao compartilhamento de informações, ferramentas, métodos e ajustamento de ações. Eram previstos a instauração de programas de apoio à modernização da estrutura de proteção ambiental, o fomento de novas práticas inteligentes de gestão de terras e águas. Ademais, um complexo de agências e órgãos governamentais a fim de preparar políticas e adaptar tanto a economia como a sociedade americana à transformações climáticas.

A insistência por parte dos EUA em não assumir a liderança de medidas quanto a mitigação do efeito estufa, seja nos fóruns internacionais seja na promoção de políticas internacionalmente reconhecidas como de proteção ambiental acabava por impactar negativamente no comportamento dos outros países quando analisada sua força de incentivar e compelir outros países a participarem de esforços significativos quanto a proteção ambiental. (CARVALHO, SENHORAS, 2009).

Todavia, um novo movimento foi se delineando a partir de Copenhagem. Na COP21, em 2015, um novo acordo mais ambicioso porém consciente das dificuldades encontradas pelo Protocolo de Kyoto foi desenhado: o Acordo de Paris. Obama reconheceu a importância do Acordo para as ações de mitigação das mudanças climáticas e do comprometimento de todos os seus signatários com metas específicas. Kincaid e Roberts (2013) afirmam que a administração Obama se esforçou para criar mecanismos doméstica e internacionalmente a favor de políticas para a pauta ambiental. Segundo os autores (2013), o Congresso dificultou ações mais contundentes devido a fortes pressões dos lobbies e dos instrumentos como a

Resolução Byrd-Hagel, não obstante, isso não impediu protagonismo estadunidense nas negociações do Acordo de Paris. Ao assumir a presidência, porém, o sucessor de Obama Donald Trump deu início a retirada dos EUA do Acordo, ora pela pressão dos setores internos contrários à modernização da base produtiva em termos mais limpos ora pelo forte ceticismo da administração Trump quanto ao multilateralismo.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A temática ambiental tem papel relevante na política estadunidense. Se no decorrer do século XX era restrita a estudiosos e políticos interessados, nos anos 2000 é priorizada na agenda por pressão doméstica e, sobretudo, internacional. Não só a sociedade norte-americana assim como o mundo tem tomado atenção para as transformações climáticas e defendido medidas que visem sua proteção. Não só porque é politicamente correto ou pelo fato de compreender que a utilização dos recursos naturais a sua exaustão assim como a exploração de processos altamente poluentes impactam na qualidade de vida dos indivíduos. Existe atualmente uma consciência internacional de que a mitigação do aquecimento global e a adoção de práticas mais inteligentes da exploração do ecossistema terrestre são vitais para a perpetuação da raça humana.

Ao longo da análise aqui empreendida, foi possível constatar que discursivamente os representantes do executivo estadunidense têm reconhecido a importância da proteção ambiental. É possível inferir ainda que a defesa de uma política ambiental mais assertiva não fique apenas no nível discursivo. Nota-se que ferramentas e dispositivos são construídos, adaptados e implementados internamente ao país.

As administrações democratas Clinton e Obama adotaram recorrentemente uma retórica mais atenta às demandas de proteção ambiental. Estiveram envolvidos na reformulação e adoção de um conjunto de medidas com vistas a aprimorar a legislação interna do país mesmo diante de conflitos de interesses junto ao Congresso. Externamente, as duas administrações adotaram posicionamentos firmes e de busca pelo protagonismo nas grandes discussões acerca do clima. Foi durante a presidência de Clinton que foram aprofundados os debates iniciados em 1992 com a Conferência da Terra que possibilitaram o estabelecimento do Protocolo de Kyoto. Esse passou a sofrer forte rejeição por setores internos estadunidenses devido a um elemento prévio e externo a ele: a distinção entre os países Anexo 1 e não-Anexo 1 do RIMC. Justamente a divisão de responsabilidades quanto a metas obrigatórias de redução de emissão de GEE motivou a promulgação da Resolução que impediu a ratificação do Protocolo de Kyoto. Clinton o assinou como forma de demonstrar apoio de sua administração à causa. Já Obama foi fundamental para a comitiva estadunidense na COP-21 responsável pela revisão do arcabouço com vistas a um novo esforço para a mitigação da mudança climática. Os EUA desempenharam papel de liderança nas negociações e conquistaram o comprometimento dos países com metas

específicas. Em 2015 foi firmado o Acordo de Paris e os EUA faziam parte daquele esforço global.

A administração republicana, mesmo historicamente atrelada a uma posição mais cética quanto às mudanças climáticas, também adotou um posicionamento de revisão de políticas e ajuste de programas internos de mitigação da emissão de GEE. Entretanto, durante W. Bush a pauta teve um foco muito marcante o que fez o meio ambiente se tornar marginal: a segurança e a Guerra ao Terror. Não obstante, foram adotadas medidas de reforço da EPA e estudos para o desenvolvimento de fontes de energia limpa. Tratados internacionais de grande relevo na temática ambiental não foram discutidos ao longo da administração W. Bush. Entretanto, anos mais tarde outro republicano, Donald Trump, sucedeu Barack Obama e retirou o país do Acordo de Paris.

O meio ambiente não é repartido por fronteiras políticas. É necessário a articulação internacional em prol da mitigação dos efeitos do aquecimento global. É esperado e necessário que os EUA participem ativamente desse processo. Justifica-se não só pelo poderio econômico e tecnológico desse país, mas, também, pelo seu caráter ideológico e de incentivo a outros países. Não se questiona aqui se é correta ou não a justificativa norte-americana da repartição equitativa de responsabilidades, mas não se pode negar o papel representado pelas economias emergentes quanto ao incremento das emissões de gases poluentes na atmosfera tampouco suas práticas não sustentáveis e de abuso do uso de matrizes energéticas danosas ao ambiente.

Se traçado um espectro do comportamento discursivo dos presidentes americanos tratados nesse texto, podemos alocar em certa medida W. Bush de um lado menos ativo a proteção ambiental e Clinton e Obama do lado mais assertivo. Porém, como dito, essa seria uma tipificação talvez inocente com base apenas em discursos. Se analisado por medidas implementadas, nota-se a administração do democrata Clinton mais a frente dos outros dois, todavia, W. Bush e Obama talvez tenham encontrado o país em um ambiente demandando maior atenção a outras temáticas. Segurança e recuperação econômica, sucessivamente, seriam as prioridades dos dois últimos governos.

A análise do conteúdo dos discursos presidenciais exige maior espaço de explanação e construção argumentativa. Essa tarefa exige uma construção argumentativa de difícil tradução para esse artigo. Não obstante, o texto traça um padrão do comportamento estadunidense com base na força discursiva presidencial nas últimas duas décadas.

REFERÊNCIAS

ANDRE, José G. (2012). As eleições Intercalares e a política externa da Administração Obama. **Relações Internacionais**, nº 24, Lisboa, junho de 2012. <http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992012000200005>

BURNS, Thomas J; LEMOY, Terri. (2007). Como os movimentos sociais podem ser mais eficazes: Priorizando temas ambientais no discurso político. **Ambiente e Sociedade**. Vol. X, Nº 2, p. 61 – 82, julho-dezembro de 2007. Campinas. <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/v10n2/a05v10n2>>

BUSH, George W. (2001). Remarks Announcing Support for the Stockholm Convention on Persistent Organic Pollutants. **Declaration of President George W. Bush**. <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=45626>>

CARVALHO, Patrícia N. SENHORAS, Elói Martins. (2009). Reversões na política energético-ambiental estadunidense: do estado de laissez-faire ao Green enforcement. **Meridiano 47**, nº103, fevereiro de 2009, p.32-43. <<https://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/3514/3202>>

CLINTON, William J. (1993). “Remarks Announcing the Creation of the White House Office on Environmental Policy”. **Declaration of President Clinton**. <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=46877>>

DALDEGAN, William. (2013). **O Congresso estadunidense e o Protocolo de Kyoto**: As dificuldades da implementação do Regime Internacional de Mudanças Climáticas (1993-2008). Dissertação de Mestrado. Puc Minas. <http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/RellInternac_FreitasWD_1.pdf>

DUARTE, Lilian C. B. (2003). **Política Externa e Meio Ambiente**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

FIORINO, Daniel J. (1999). Rethinking Environmental Regulation: Perspectives on Law and Governance. **Harvard Environmental Law Review**. Vol. 23. <<https://www.law.uh.edu/faculty/thester/courses/emerging%20tech%202011/ELR-23-2-pages-fiorino.pdf>>

KINCAID, Graciela; ROBERTS, Timmons. (2013) No Talk, Some Walk: Obama Administration First-Term Rhetoric on Climate Change and US International Climate Budget Commitments. **Global Environmental Politics**, v.13, n. 4, p. 41-60. <http://www.mitpressjournals.org/doi/abs/10.1162/GLEP_a_00197>

LÖWY, Michael; BETTO, Frei. (2012). Ecosocialismo: Perspectivas para a sustentabilidade e a educação ambiental. **Revista Educação e Políticas em Debate**, Vol 01, Nº 01, janeiro/julho de 2012. <<https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducapoliticass/article/view/17381/9537>>

MENDONÇA, Felipe; LIMA, Thiago. (2008). A corrida eleitoral entre Obama e McCain: Propostas para política comercial. **Meridiano 47**, nº 99, outubro de 2008, p. 47-50. <<https://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/3396>>

ONUF, N. (2015) Speaking of policy. IN: KULBAKOVA, V. **Foreign policy in a constructed world**, London: Routledge.

PLATIAU, Ana F. B.; VARELLA, Marcelo D.; SCLEICHER, Rafael T. (2004). Meio ambiente e relações internacionais: perspectivas teóricas, respostas institucionais e novas dimensões de debate. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Nº 47 (2), p.100-130. <<https://doi.org/10.1590/S0034-73292004000200004>>

REISS, Dorit Rubinstein. (2012). The Benefits of Capture. **Wake Forest Law Review**, Vol. 47, nº 2. <<http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.1904023>>

RICHELS, Richard G., BLANFORD, Geoffrey J., RUTHERFORD, Thomas F. (2009). International Climate Policy a second best solution for a second best world? **Climate Change**, Vol. 97, p. 289-296. <<https://link.springer.com/article/10.1007/s10584-009-9730-z>>

ROWE, Gene; FREWER, Lynn J. (2000). Public Participation Methods: A Framework for Evaluation. **Science Technology Human Values**. Vol 25. p. 03– 25. <<https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/016224390002500101>>

SCHARF, Regina. (2010). O Katrina de Obama. **Revista 22**, nº 43. Fundação Getúlio Vargas. <<https://pagina22.com.br/2010/07/07/o-katrina-de-obama/>>

WONDOLLECK, Julia. (1988). The Role of Training in Providing Opportunities for Environmental and Natural Resource Dispute Resolution. **Environmental Impact Assessment Review**. Vol 8, p. 233 – 248. Elsevier.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Ações educativas 28, 30, 31, 32, 42, 43

Acordos internacionais 14

Agências reguladoras 12

Aquecimento global 9, 15, 17, 18

C

Capital 2, 3, 47, 48, 49, 50, 53, 56, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 77, 78, 79, 80, 81, 82

Catástrofe ambiental 16

Classe trabalhadora 2, 57, 58

Convenção-quadro para o controle do tabaco 21, 22, 35, 42, 44

Corrupção 2, 5

D

Desenvolvimento industrial 48, 49, 51, 54, 56

Desenvolvimento regional 47, 52, 55, 56

Desestatização 59, 60, 61

Dia mundial sem tabaco 32

Dia Nacional de combate ao fumo 27, 30, 32, 45

Direitos humanos 2, 6, 7, 71, 78, 79, 81

Doenças crônicas não transmissíveis 32, 33

E

Estado 12, 19, 23, 27, 34, 36, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 59, 60, 61, 64, 71, 72, 73, 74, 76, 77, 78, 79, 80

Estado neoliberal 59

Exposição midiática 6

Extrema direita 2, 3, 1, 5, 6, 7

Extremismo de direita 1, 5, 6

F

Fundos de investimento 52

G

Grupos de tratamento 29, 37, 38, 43

I

Industrialização 2, 3, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 72

Instituições bancárias 49, 52

M

Meio ambiente 3, 8, 10, 11, 12, 14, 18, 19, 31, 32

Mercadorização dos serviços públicos 59, 60

Mudança climática 9, 10, 17

N

Neoliberalismo 59

Nova direita 2, 7

P

Poder público 60, 61

Política de tabagismo 22

Políticas de industrialização 54, 56

Privatização 2, 3, 51, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67

Privatização não clássica 57, 58, 59, 62, 67

Programa nacional de controle de tabagismo 21, 31

Programa Saber Saúde 32

Q

Questão ambiental 13, 15

R

Redes sociais 1, 3, 4

Regime internacional de mudanças climáticas 10, 19

Reorganização produtiva 48

S

Serviços públicos 2, 59, 60, 61

Sistema Único de Saúde 2, 21, 22, 23, 30, 32, 35, 37, 38, 40, 42, 83

T

Tabaco 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 34, 35, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46

Tabagismo 2, 21, 22, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45

Temática ambiental 2, 8, 10, 17, 18

U

União Europeia 12

V

v 3, 21, 44

CAPITALISMO e POLÍTICAS PÚBLICAS

na contemporaneidade

- 🌐 www.atenaeditora.com.br
- ✉ contato@atenaeditora.com.br
- 📷 @atenaeditora
- 📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br



CAPITALISMO e POLÍTICAS PÚBLICAS

na contemporaneidade

- 🌐 www.atenaeditora.com.br
- ✉ contato@atenaeditora.com.br
- 📷 @atenaeditora
- 📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

